



## ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

### ATA DA 4ª REUNIÃO DE TRABALHO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Em vinte e três de maio de dois mil e seis, às quatorze horas e trinta minutos, na Escola Superior do Ministério Público da União, sob a presidência da Diretora-Geral, Doutora Lindôra Maria Araujo, reuniu-se o Conselho Administrativo: MPF – Doutor Odim Brandão Ferreira, MPT – Doutor Ricardo José Macedo de Brito Pereira, MPM – Doutora Adriana Lorandi, MPDFT – Doutor Josemias Costa. Nessa ocasião, foi designada a servidora Jozeida Garrido Calembó Marra para secretariar os trabalhos. Iniciados os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: **1. Tese de Mestrado em Direito Constitucional** doada à Biblioteca da ESMPU pelo Dr. Osório Silva Barbosa Sobrinho. O Conselho tomou conhecimento e agradeceu a gentileza da remessa. **2. Ofício nº 1794/2006, de 15/5/2006 – Ref.: Programa de Capacitação Avançada sobre Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (CLD/CFT)**, realizado pelo Banco Mundial. A Dra. Carla Veríssimo De Carli encaminhou informações sobre o programa. O Conselho tomou conhecimento. **3. Ofício nº 22/2006-CEAF, de 10 de maio de 2006. Ref.: Curso de Direito Comparado em Inglês.** Em resposta à solicitação contida no Ofício nº 26/ESMPU/CONAD, a Dra. Suzana de Toledo Barros informou que, somente no início de agosto, terá condições de saber se haverá disponibilidade de vagas no curso e que atualmente todas as turmas estão com capacidade máxima. O Conselho deliberou reiterar o pedido em agosto. **4. Curso Virtual Interativo de Formação Especializada em Direitos Humanos.** O Dr. Hindemburgo submeteu à análise e deliberação do Conselho Administrativo a justificativa enviada pelo Dr. Luciano Mariz Maia. O Conselho rejeitou a justificativa apresentada e determinou a aplicação da penalidade prevista no Edital. **5. Curso de Inglês – Nível Básico.** Solicitações de desligamento encaminhadas pelos alunos Edinea Cristina Alves, Mari Lucia Fernandes Madera e Lázaro Eder Santana. O Conselho rejeitou as justificativas apresentadas pelos alunos Edinea Cristina Alves e Lázaro Eder Santana e determinou a aplicação da penalidade prevista no regulamento do curso. Solicitou que a aluna Mari Lucia Fernandes Madera prestasse esclarecimentos quanto à saúde de sua filha e a real necessidade de se afastar do curso em função do tratamento. **6. Curso de Aperfeiçoamento sobre a atuação extrajudicial e judicial do Ministério Público na defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa.** O Dr. Bruno Caiado de Acioli, Procurador da República no Distrito Federal, solicitou o cancelamento de sua inscrição no referido curso. O Conselho rejeitou as justificativas apresentadas pelo Dr. Bruno e determinou a aplicação da penalidade prevista no Edital. **7. Ofício PRR/3ª Região nº 1.407/06, de 20/4/2006.** O Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva encaminhou projeto referente ao **Dicionário de Direitos Humanos**. O Conselho aprovou o projeto apresentado. **8. Expediente de 20/4/2006. Ref.: Termo de Compromisso.** O Dr. Luciano Mariz Maia solicita esclarecimentos sobre a sua utilização. O Conselho esclareceu que o referido termo foi elaborado para reforçar o que está contido no edital. **9. Projeto para a realização de Curso de Direito Internacional Ambiental** encaminhado pelas Procuradoras Regionais da República Sandra Akemi Shimada Kishi e Inês Virgínia Prado Soares. O Conselho aprovou a realização do evento, com restrição ao pagamento de honorários, e determinou o encaminhamento do projeto ao Coordenador de Ensino para conhecimento.

*Odin*  
*Luciano*  
*Paulo*  
*Suzana*

**Ofício nº 01.077/2006/GPC/MPF/PR/RN, de 15/5/2006. Ref.: I Congresso Brasileiro de Direitos Humanos, Sociedade e Estado**, que ocorrerá no período de 31 de maio a 2 de junho de 2006, em Natal/RN. A Dra. Cibele Benevides Guedes da Fonseca, Procuradora-Chefe Substituta da PR/RN, solicitou o pagamento das inscrições dos Procuradores da República CAROLINE MACIEL DA COSTA e FÁBIO NESI VENZON, no valor total de R\$ 560,00. O Conselho negou o pedido por que sua política de distribuição de vagas neste tipo de eventos depende de sorteio isonômico entre os eventuais interessados. **11. Ofício nº 01.078/2006/GPC/MPF/PR/RN, de 15/5/2006. Ref.: X Conferência Nacional de Direitos Humanos**, que ocorrerá no período de 31 de maio a 2 de junho de 2006, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF. A Dra. Cibele Benevides Guedes da Fonseca, Procuradora-Chefe Substituta da PR/RN, solicitou a liberação de diárias e passagens para a participação do Dr. YORDAN MOREIRA DELGADO, na condição de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão e Conselheiro do COEDHUCI/RN – Conselho Estadual de Direitos Humanos/RN. O Conselho negou o pedido por que sua política de distribuição de vagas neste tipo de eventos depende de sorteio isonômico entre os eventuais interessados. **12. Ofício nº 778/2006-4ª CCR, de 16/5/2006. Ref.: Projetos para o exercício de 2006.** A Dra. Sandra Cureau, Coordenadora da 4ª Câmara informa os projetos que deverão ter prioridade, por parte da ESMPU, no 1º semestre de 2006: **Reedição da publicação Deficiências em estudos de impacto ambiental** – síntese de uma experiência e **Edição do Glossário Geológico**, de autoria do Professor Jorge Gomes do Cravo Barros. O Conselho determinou o encaminhamento dos projetos à Coordenadoria de Ensino do MPF. **13. Seminário – Crimes contra o Sistema Financeiro e Lavagem de Dinheiro: Vinte anos da Lei**, a ser realizado em São Paulo/SP nos dias 5, 6 e 7 de junho de 2006. Aprovado conforme parecer do Coordenador de Ensino do MPF. **14.** Pedido de reconsideração no que concerne à proibição de se discutir a competência criminal da Justiça do Trabalho nos eventos patrocinados pela ESMPU, encaminhado pelo Dr. Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da ANPT e pela Dra. Juliana Vignoli Cordeiro, Vice-Presidente da ANPT. O Dr. Sebastião Vieira Caixeta fez sustentação oral. O Conselho esclareceu ao Dr. Sebastião que a Escola poderá apoiar eventos em que se discuta teoricamente a existência da competência criminal da Justiça do Trabalho, a depender da disponibilidade de verbas e prioridades estabelecidas pelo MPT. Nada mais havendo a ser deliberado, foi encerrada a reunião, às 16 horas e 5 minutos, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por esta Secretária, *Assinatura* os Membros do Conselho, Lindôra Maria Araujo, Odim Brandão Ferreira, Ricardo José Macedo de Britto Pereira, Adriana Lorandi e Josemias Costa.

*Odin Brandão Ferreira*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*